

Parlamentaristas tentam acordo com o Planalto

Arinos, Richa e Cid Carvalho estão escalados para negociar com Sarney e cúpula militar

JULIO ALCANTARA

Governo constata que será difícil

Uma pesquisa encomendada pelo presidente do PMDB Ulysses Guimarães ao líder Luiz Henrique prova que os parlamentaristas são amplamente majoritários na bancada do Partido na Câmara. Até agora, com as respostas de cada três parlamentares, dois são favoráveis à implantação do sistema de gabinete. Esta relação foi feita ontem pelo próprio líder durante reunião do grupo interpartidário de defesa do Parlamentarismo, na casa do deputado Cid Carvalho (PMDB/MA).

O levantamento está sendo coordenado pelo deputado Luiz Henrique há mais de 15 dias entre os membros da bancada do PMDB, na Câmara, através da aplicação de um questionário onde consta o nome do parlamentar e sua preferência pelos sistemas presidencialista, parlamentarista e outros. Desde o início a vantagem em favor do parlamentarismo foi constatada, segundo o líder peemedebista. Do resultado apurado até agora, 75 deputados do PMDB se manifestaram favoráveis ao parlamentarismo, 35 pelo presidencialismo e 4 optaram por outros sistemas de governo.

GRANDE PACTO
Esta preferência pelo parlamentarismo, de acordo com o depoimento dos outros líderes de partidos, se estende a toda a Assembleia Constituinte. O deputado Joaquim Beviláqua, por exemplo, representando o PTB na reunião de ontem, garantiu que em seu partido a vantagem pelo parlamentarismo é de 12 contra 7, sendo que na Comissão de Sistematização, os três membros petebistas votaram a favor do novo sistema. "Isto não acontece só no PMDB ou PTB. Eu não tenho dúvidas de que o Parlamentarismo é majoritário em toda a Assembleia", completou o líder Luiz Henrique (PMDB/SC).

A mesma pesquisa está sendo feita nos demais partidos, sendo que no PDS, segundo o deputado Bonifácio de Andrada (PDS/MG), dos 32 parlamentares que compõem a bancada do Partido, 21 foram ouvidos sendo 18 parlamentaristas e 3 presidencialistas. Os dois partidos comunistas, com seus 8 parlamentares, são maciçamente parlamentaristas.

A situação da bancada do Partido dos Trabalhadores, que havia se pronunciado como presidencialista, pode ainda se reverter segundo o líder Luis Inácio Lula da Silva. Ele acha que o partido deve reexaminar a questão, e para isto a deputada Irma Passoni já foi encarregada de preparar um documento convocando os parlamentares para uma convenção extraordinária para uma possível retomada de posição em relação ao sistema de governo.

O senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, já pediu ao deputado Expedito Machado que ele, sendo frequentador assíduo do Palácio do Planalto, transmitisse ao presidente José Sarney um recado de que a tendência majoritária na Constituinte é parlamentarista e que não viesse com "propostas fechadas".

Em sua conversa com o deputado Expedito Machado, o senador Fernando Henrique advertiu que, se o presidente José Sarney insistir em mandar "propostas fechadas, ignorando a tendência parlamentarista majoritária na Constituinte a consequência poderá ser o recrutamento das diretas-já".
—Vocês, como frequentador assíduo do Palácio — disse o líder do PMDB no Senado para o Deputado cearense Expedito Machado — deve informar ao Governo que o sentimento parlamentarista é dominante na Constituinte e que, assim sendo, não adianta vir com proposta fechada.



Maciel, Sarney e Ulysses se encontram no aeroporto: tensão na conversa

Tensão no encontro no aeroporto

Depois do embarque do caixão do ex-deputado Alair Ferreira (PFL/RJ), no boeing presidencial na Base Aérea de Brasília, o presidente José Sarney, o deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, da Câmara e da Constituinte, e o senador Marco Maciel, presidente do PFL, conversaram por alguns minutos no salão de autoridades, ao retornarem da pista. Foi uma rara aparição pública dos três juntos.

Ao despacharem o caixão, Maciel, que chegou atrasado alguns minutos, e Sarney voltaram dialogando. Os dois eram observados por Ulysses, que tinha passado uma boa parte do tempo com o Presidente. Sarney demonstrava tensão. Ele deixou escapar a palavra "preocupado", dando a dimensão de sua conversa tensa com Maciel.

Eles entraram no salão de autoridades e ficaram alguns minutos. Depois os três saíram juntos. Sarney foi embora primeiro, como manda o protocolo. Ulysses e Maciel ficaram conversando. O deputado entrou no carro. Maciel se curvou e estendeu a mão. O seu gesto foi correspondido por Ulysses com um forte aperto de mão.

Gadelha tenta evitar o impasse

O Presidente José Sarney conhecerá nas próximas horas, oficialmente, a última proposta dos parlamentaristas para evitar o confronto na Comissão de Sistematização e em plenário: a mudança do sistema ocorrerá em 15 de março de 1989, seis meses antes da data prevista para a eleição do próximo presidente da República. O objetivo é preservar Sarney e mostrar que não existe nada de pessoal no movimento para mudar o sistema de governo.

O senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), autor da fórmula, conseguiu agradar os parlamentaristas ao propor que conste da Constituição artigo determinando que se houver alteração no sistema de governo terá de ser feita nova eleição para presidente da República, sem que o ocupante do posto possa candidatar-se à reeleição.

CONCILIAÇÃO

No final do encontro, os parlamentaristas decidiram criar uma comissão — senadores Afonso Arinos (PFL-RJ) e José Richa (PMDB-PR) e o deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) — para negociarem diretamente com o Presidente a fórmula para mudar o sistema. Richa frisou que apoiava a mudança, mas não concordaria com nada que prejudicasse o presidente da República.

O deputado Humberto Souto (PFL-MG) propôs, no encontro, um Primeiro-Ministro desfigurado, nomeado pelo Presidente e com funções quase subalternas. Isso foi rejeitado porque a maioria entendeu que desmoralizaria o parlamentarismo.

Sant'Anna já tem pronta a emenda presidencialista

Sem acreditar em qualquer possibilidade de acordo com os parlamentaristas e já com o texto da emenda presidencialista pronto, o governo pretende agora vencer com ela dentro da Comissão de Sistematização e evitar uma disputa maior no plenário Constituinte. Certo da vitória, o líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, disse ontem que "não vê desdouro em derrotar pelo voto o presidente Afonso Arinos e o relator Bernardo Cabral".

Apesar do esforço em passar ao público a ideia de que o texto foi elaborado pelos constituintes do grupo moderado, tendo à frente o deputado Theodoro Mendes (SP) que será o primeiro signatário da emenda, a liderança do Governo na Câmara contou com a colaboração para redigir a emenda presidencialista do subchefe do Gabinete Civil para assuntos parlamentares, Henrique Eduardo Hargreaves.

A emenda presidencialista será apresentada por Theodoro Mendes porque houve a preocupação de escolher alguém desvinculado do Palácio do Planalto e sem compromissos maiores com as diferentes alas peemedebistas. Todavia, Mendes pertence ao Centro Democrático, sem fazer parte da linha de frente.

Para a emenda, o Governo contou desta vez com o maior defensor do sistema presidencialista dentro da Constituinte: o deputado

Líder sugere o puro regime parlamentar

O senador Carlos Chiarelli, líder do PFL no Senado, comunicou oficialmente ao presidente José Sarney que um grupo de parlamentares — inclusive ele — do partido vai apresentar à Mesa da Constituinte emenda propondo o parlamentarismo clássico como forma de governo para o País. Mas, o novo sistema só deve entrar em vigor depois de concluído o mandato de Sarney, que pode até ficar seis anos e não cinco.

O presidente Sarney, que defende o presidencialismo, não demonstrou nenhum entusiasmo com o comunicado, mas observou, de acordo com o senador, que a posição do grupo peemedebista "é simétrica e coerente". Chiarelli disse que foi levar o comunicado a Sarney, antes que a proposta se tornasse pública. A redação da emenda deve terminar hoje. Garantiu o senador que "não foi pedir apoio" a Sarney.

O sistema só deve entrar em vigor em 90, sustentou Chiarelli, porque considera necessário um período de dois a três anos para o País se adaptar. O primeiro presidente seria eleito pelo voto secreto dos brasileiros, enquanto o seu sucessor se-

Ulysses Guimarães. Mas ele exigiu que a emenda fosse apresentada nos últimos momentos de prazo, como será feito.

COMO É A EMENDA

Ainda sofrendo seus retoques finais, a emenda presidencialista com tempero do Palácio do Planalto, reserva ao Presidente da República os poderes de chefe de Estado, do Governo e o comando em chefe das Forças Armadas, bem como o direito de nomear seus ministros. Estes, porém, estarão sujeitos a voto de censura individual do Congresso, que precisa ser aprovado por maioria absoluta — metade mais um do plenário da Casa —, mas podendo depois sofrer veto do Presidente.

Sant'Anna contudo acredita que essa ressalva seja pró-forma, porque faltará condições a um ministro censurado pelo Congresso de permanecer no cargo. Ele adiantou ainda que o voto de censura não vale para os ministros militares e o chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

O texto não fala em Conselho da República, nem em Primeiro-Ministro ou conselho de ministros. Apenas mantém o Conselho de Defesa Nacional, com sua composição alterada. Dele participarão apenas os presidentes da Câmara e do Senado, todo o ministério e talvez — está ainda em exame — o presidente do Supremo Tribunal Federal.

APOIO

O presidente José Sarney recebeu hoje a solidariedade da bancada dos deputados do PFL do Ceará, por sua posição firme em favor do presidencialismo. "Eu não esperava outra atitude de vocês", afirmou Sarney agradecendo o gesto dos parlamentares, conforme revelou o deputado José Lourenço, líder do partido na Câmara.

Lourenço levou os deputados José Lins, Lúcio Alcântara, Etevaldo Nogueira, Furtado Leite, Orlando Bezerra e Luiz Marques. O líder aproveitou para dizer ao Presidente que é favorável ao presidencialismo, e não aceita, de maneira alguma, a parcialidade do regime.

Comissão composta pelos senadores Afonso Arinos de Melo Franco e José Richa e pelo deputado Cid Carvalho foi constituída ontem, pelo grupo parlamentarista reunido em grande almoço na casa de Carvalho para negociar com o presidente José Sarney e a alta hierarquia militar uma fórmula pacífica de implantação gradual do parlamentarismo no Brasil, como forma de equacionar os nossos graves problemas institucionais.

Na reunião, que começou às 12h30 e só terminou às 16h30, com a presença de 23 dos mais representativos parlamentares do movimento, o deputado Bernardo Cabral reforçou sob aplausos dos presentes, sua posição: manterá no texto de seu projeto a emenda parlamentarista de Afonso Arinos, se não houver consenso entre o governo e os parlamentaristas.

Cabral afirmou também que todos deviam se preparar para resistir às grandes pressões que serão desencadeadas contra a ideia, mas se declarou convencido de que o regime parlamentarista é a forma de governo capaz de solucionar os nossos problemas institucionais.

Alguns dos presentes, como o senador Fernando Henrique Cardoso e o deputado Bonifácio José de Andrada (PDS-MG) sustentaram não haver condições para qualquer aventura golpista no Brasil. "Não há por que ter receio de golpe", afirmou Bonifácio de Andrada, quando Bernardo Cabral interveio para dizer que, mesmo que houvesse uma tentativa, não encontraria o apoio das Forças Armadas que acabaram de sair de uma experiência dolorosa.

DESCONFIANÇAS

O senador José Richa, ao final do almoço, afirmava

que há uma longa caminhada a percorrer, mas que alguns progressos já foram obtidos. Em seu entender, as conversações de alguns políticos parlamentaristas de insuspeita posição em relação ao Governo pelo menos removeram as desconfianças que existiam no Palácio do Planalto a respeito da nova articulação.

O senador paraense afirmou que o Presidente já não vê no movimento parlamentarista qualquer caráter de conspiração contra o seu governo. "mesmo porque o núcleo central do movimento é constituído por alguns dos seus amigos na Constituinte". O deputado Cid Carvalho enfatizava a unidade do grupo em torno de um lema: nenhuma negociação fora da ideia parlamentarista.

SARNEY

Informou-se, ao fim da reunião que todos os presentes concordaram que esta é a oportunidade única para implantação do parlamentarismo no Brasil, mas que isso não será possível sem um entendimento abrangente com o presidente José Sarney.

Mas, na opinião de Cid Carvalho, qualquer entendimento entre o governo e a maioria parlamentarista da Constituinte terá que partir da raiz do regime de gabinete. Hoje, o grupo parlamentarista tem duas vertentes — uma que admite discutir, só o tempo ou cronograma de implantação do regime com o Presidente, outra que admite negociar inclusive a própria forma, como observava, ao fim da reunião, o senador Marcondes Gadelha (PFL-PB).

Os deputados Humberto Souto e Generaldo Correia afirmavam que todos admitem a possibilidade de introduzir gradualmente o regime, desde que em acor-

do com o atual Presidente da República. Nessa hipótese, o futuro texto constitucional manterá uma forma mais ortodoxa de parlamentarismo, enquanto as Disposições Transitórias da Constituição ressaltariam certos poderes do presidente Sarney em 1988 e 1989.

Além da que vai negociar com o Governo e a alta hierarquia militar, os parlamentaristas, ontem reunidos em torno de uma muqueca de peixe decidiram nomear três outras comissões: uma de divulgação, para levar aos dirigentes dos veículos de comunicação a palavra do grupo, outra para elaborar a proposta alternativa de negociação em torno do parlamentarismo e a terceira para estabelecer contatos com as lideranças partidárias e as principais forças da sociedade.

Eram os seguintes os parlamentares presentes, que formam o núcleo central do movimento parlamentarista: Afonso Arinos de Melo Franco (PFL-RJ), os líderes do PMDB no Senado e na Câmara, Fernando Henrique Cardoso e Luis Henrique, Saulo Queiroz (PFL-MS), Humberto Souto (PFL-MG), Marcondes Gadelha (PFL-PB), Fernando Santana (PCB-BA), José Richa (PMDB-PR), José Fogaça (PMDB-RS), Victor Faccioni (PDS-RS), Bonifácio José de Andrada (PDS-MG), José Maria Eymael (PDC-SP), Cid Carvalho (PMDB-MA), Generaldo Correia (PMDB-BA), Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), Artur da Távola (PMDB-RJ), Bernardo Cabral (PMDB-AM), Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), Nelson Jobim (PMDB-RS), Antônio Carlos Konder Reis (PDS-SC) — além de Carlos Meireles, representante do governador Waldir Pires, da Bahia.

A fórmula da mudança gradual

O sistema parlamentarista de governo será mantido no corpo do projeto constitucional, especificamente nos capítulos dedicados aos poderes Executivo e Legislativo. Nas disposições transitórias, contudo, haverá um dispositivo estabelecendo prazos para a introdução gradual do novo regime. Desta forma, na data da promulgação da nova Carta, seria indicado um primeiro-ministro dotado de poucos poderes, mas que iria se fortalecendo até o final do mandato de Sarney, assumindo finalmente a plenitude da chefia de governo com a eleição do futuro presidente da República.

Esta é a fórmula que o deputado Bernardo Cabral deverá adotar em seu próximo substitutivo, segundo previsão feita ontem por um de seus relatores adjuntos. De acor-

do com outra fonte, esta ideia já estaria sendo negociada junto ao Governo e tem a vantagem, pelo menos do ponto de vista do Palácio do Planalto, de não esvaziar completamente os poderes do presidente Sarney, ao contrário das propostas de parlamentarismo clássico.

Entre os argumentos que os defensores desta ideia estão levantando junto ao Governo, além das estatísticas que apontam para uma maioria (a proporção é de dois para um) parlamentarista na Constituinte, está a "total inviabilidade" de aprovação da proposta que adia a instituição do novo regime para o próximo período de governo.

Neste caso, só restariam duas alternativas ao Planalto: endurecer o jogo em favor do presidencialismo puro ou acatar a fórmula intermediária que, pelo menos no pri-

meiro momento, mantenha grande parte dos poderes de Sarney. O risco da primeira opção, de acordo com o mesmo relator-adjunto de Bernardo Cabral, seria o estabelecimento de um confronto com a maioria parlamentarista da Constituinte, que poderia resultar na própria redução do atual mandato presidencial.

Outro argumento, este de ordem emocional, que vem sendo utilizado pelos interlocutores parlamentaristas de Sarney é o de que, insistindo na preservação do presidencialismo, ele estaria perdendo sua grande chance de passar à história. Na visão desses políticos, assumir o papel de patrono do novo regime, que afinal viria com ou sem o seu apoio, seria um verdadeiro "golpe de mestre" do Presidente, ao qual estaria faltando o senso de oportunidade política.

Cabral: Constituinte permanece sob risco

Com as mãos na cabeça, o relator da Assembleia Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), disse ontem, a um grupo de parlamentaristas, reunidos na casa do deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), que eles não tinham ideia do risco que correram e que de certa forma permanecem porque desejavam mudar o sistema de governo.

O pronunciamento do ministro do Exército, general Leonidas Pires, na última reunião do Ministério sobre o déficit que a proposta da anistia causaria, foi considerado como, na realidade, dirigido aos constituintes

para que não ousassem mudar o sistema de governo.

ASPERO

O relato de Cabral, ouvido por quase 20 parlamentares, tornou-se dramático quando recordou um encontro que, juntamente com o senador Fernando Henrique Cardoso (SP), líder do PMDB, teve recentemente com o Presidente da República, Fernando Henrique, presente, confirmou o diálogo.

De acordo com essa versão, para a qual Cabral pediu absoluto sigilo, os dois

— Fernando e ele — tentaram obter do Presidente o apoio para o parlamentarismo. A conversa tornou-se complicada até que Fernando Henrique lembrou a Sarney que, durante seu período no Congresso, ele defendera o parlamentarismo. Sarney retrucou que, na Presidência, tivera uma visão diferente das dificuldades e não poderia aceitar as mudanças.

Com tom calmo, mas com firmeza, Fernando Henrique indagou-lhe se tinha sido o poder que mudara sua posição, o que praticamente terminou o encontro.

LEONARDO MOTA

Cai o facho

Caiu um pouco o facho do parlamentarismo, admitem influentes setores ligados ao Governo, apontando a posição dos governadores, que já começam a despertar para os problemas reais que aquela forma de governo acarreta, e o resultado de pesquisas, que revelam que mais da metade dos constituintes parlamentaristas mudará sua opinião diante de manifestações populares, como causas dessa queda de convicção.

Mas o presidente Sarney não está disposto a esperar que a mudança da tendência se opere por livre temor dos políticos. Quer influir, e pessoalmente, no proselitismo em favor do presidencialismo, arrebanhando adeptos para votar a favor na Comissão de Sistematização.

O Presidente está disposto a aceitar que o presidencialismo, mantido afinal, incorpore algumas regras novas para aceitar a convivência com um Congresso forte, recuperado em prerrogativas como as de aprovar programas do Governo — como a Ferrovia Norte-Sul — decidir sobre o orçamento federal, exercitar intensivamente a fiscalização através do Tribunal de Contas da União e impor o voto de censura a ministros; inicialmente por maioria simples, e renovando-a por maioria absoluta, hipótese em que o Presidente, se aprovada a moção, terá que, obrigatoriamente, demitir seu auxiliar.

As negociações se encaminham para um ponto de convergência, na medida mesmo em que os defensores do presidencialismo não notam tanta convicção doutrinária no relator Bernardo Cabral, em favor do parlamentarismo, já que, ao encampar a fórmula Arinos em seu anteprojeto, afirmou tê-lo feito em sua homenagem, mesmo se sabendo que o antigo ministro das Relações Exteriores do governo Jânio Quadros, jurista, historiador e imortal, é um presidencialista nato.

LOBBY CONTRÁRIO

Embora o Governo se empenhe para manter o "status quo" do presidencialismo, sabe-se que há ministros engajados na campanha pelo parlamentarismo. Não se tem certeza se é por prevenção, fazendo com que o Governo jogue com as duas alternativas. Mas não é o ministro da Previdência.

CENTRO E CENTRO DEMOCRÁTICO

E bom não confundir as duas posições, a do Centro, com a do Centro Democrático, movimento liderado pelo deputado Expedito Machado. Há alguns parlamentares de tendência centrista, como o deputado Prisco Viana, que não se filiaram ao movimento do deputado cearense. Nas negociações para estabelecer um "modus vivendi" entre os defensores das duas formas de governo, o Centro Democrático atrapalha a que se chegue ao verdadeiro centro do consenso.

SEIS MESES TÓXICOS

O carro-chefe da campanha do governador Moreira Franco foi acabar com a criminalidade, em seis meses, mas antes de completar esse prazo o tráfico de entorpecentes já dobrou o que existia no governo Leonel Brizola, chegando agora a 4 mil pontos de tóxicos. Segundo o professor Arnaldo Niskier, o governo Moreira conseguiu colocar o Rio numa rota de criminalidade de tal poderio que nem mesmo o delegado Romeu Tuma conseguirá enfrentar.